

1 Memória de Reunião

Data: 19/06/2024	Local Plataforma Virtual Jitsi Meet: https://meet.jit.si/CBHSMV
Início previsto: 14:00	Término previsto: 17:00
Objetivo:	
<p>I. Abertura e verificação de quórum;</p> <p>II. Aprovação da ata da assembléia ordinária do dia 07/12/2023 (anexo);</p> <p>III. Apresentação e atualização sobre os trabalhos em andamento na CT de Cobrança;</p> <p>IV. Informes Gerais.</p>	

2 PRESENTES:

- 3 ➤ Aline Keller Serau - AGERH
4 ➤ André Sefione - CESAN
5 ➤ Antônio de Oliveira Junior – AGERH
6 ➤ Bianca – PM Cariacica
7 ➤ Carla Caon (Arcelor Mittal) – titular
8 ➤ Cintia Aparecida Bremenkamp – Incaper
9 ➤ Evelson Sanche Muniz – Sindicato dos Trabalhadores Rurais Santa Maria de Jetiba
10 ➤ Fabiano - Iema
11 ➤ Giovana Fanti Ferreira – Vale
12 ➤ Lincoln Marcelo Piovesan
13 ➤ Marcela Oliveira – Prefeitura da Serra
14 ➤ Mariângela Dutra de Oliveira – IFES Vitória
15 ➤ Stephanie Cabalini Zucoloto Magalhães – Prefeitura Municipal de Serra
16 ➤ Tarcísio Föeger - Prefeitura Municipal Vitória – titular
17 ➤ Wagner Ponciano – Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina
- 18 Reunião aos dezenove dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas e
19 sete minutos, foi realizada a reunião Ordinária virtualmente pelo aplicativo Jitsi Meet, segue o
20 link: <https://youtube.com/live/qzFZwS9bqeU>. O presidente Tarcísio Foeger iniciou a reunião
21 saudando os participantes e mencionando que havia o quórum. Informou sobre uma
22 convocação que foi encaminhada com o objetivo de darem andamento à câmara técnica de
23 cobrança pelo uso da água, e que a equipe já está trabalhando efetivamente. Destacou que
24 suplentes só podem votar na ausência dos titulares. Após, revisar e aprovar a ata da reunião
25 anterior, a reunião prosseguiu com a apresentação da Sr.^a Aline Serau sobre o andamento dos

26 trabalhos, enfatizando a urgência de implementar a cobrança pelo uso da água, para poderem
27 obter recursos para a gestão sustentável dos recursos hídricos. André Sefione, engenheiro na
28 CESAN há 16 anos, explicou a composição da câmara técnica de cobrança, contendo 6
29 membros; **Usuários:** André Sefione e Carla Caon; **Poder público:** Lincoln Piano e Marcela
30 Barros; **Sociedade Civil:** Jean Pedrini e Marcela Tavares, apoio técnico da AGERH: Aline Seral.
31 A câmara técnica, já realizou várias reuniões e está em fase de finalização. A cobrança visa
32 conscientizar sobre o valor da água e financiar estudos e projetos relacionados. Ele detalhou
33 o cálculo da cobrança, que considera a captação e o lançamento de efluentes em corpos
34 hídricos, e a importância de seguir a legislação para a utilização adequada dos recursos
35 arrecadados. A reunião destacou a necessidade de controlar e planejar a utilização da água de
36 forma eficiente para garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos na região. Na reunião,
37 Aline Keller Serau destacou que, ao contrário de outros setores, não é comum que usuários
38 da agricultura solicitem volumes de água muito acima do necessário, enquanto na área de
39 saneamento é essencial prever as necessidades futuras da população. André Sefione
40 continuou explicando a cobrança pelo lançamento de efluentes, enfatizando que até o
41 efluente tratado carrega uma carga significativa de poluentes. Ele mencionou que a
42 agricultura está isenta dessa cobrança na bacia de Santa Maria da Vitória e no Espírito Santo.
43 Também abordou a cobrança para a geração de energia hidrelétrica. Tarcísio Foeger
44 perguntou sobre o prazo para a implementação da fórmula de cobrança. André Sefione
45 estimou que, com esforço adicional, o problema poderia ser resolvido em uma ou duas
46 reuniões. Aline Serau ressaltou que estavam próximos de concluir, mas que a aprovação final
47 só ocorreria após uma reunião pública para considerar as demandas da sociedade. Ela
48 destacou a importância de definir os tópicos a serem abordados na reunião pública para
49 posterior avaliação e aprovação pelo comitê. O presidente Tarcísio Foeger discordou da
50 interpretação da Aline Keller Serau sobre o processo de aprovação, destacando que, segundo
51 a legislação, são necessárias duas audiências públicas, uma na região serrana e outra na
52 metropolitana. Ele sugeriu que, uma vez definido o formato completo da cobrança, uma
53 reunião extraordinária poderia ser agendada em um mês para discutir o formato geral,
54 permitindo a realização das audiências em julho e agosto. Giovana Fanti Ferrari questionou
55 ao André Sefione sobre os critérios para definir os preços públicos unitários. André Sefione
56 explicou que a AGERH já teria efetuado a cobrança dos últimos 10 dias de 2023, seguindo a
57 deliberação do Jucu de 2018, que previa reajustes baseados no IPCA. Ele mencionou que a
58 proposta da Aline Keller Serau e Antônio de Oliveira Junior da AGERH trouxe uma abordagem

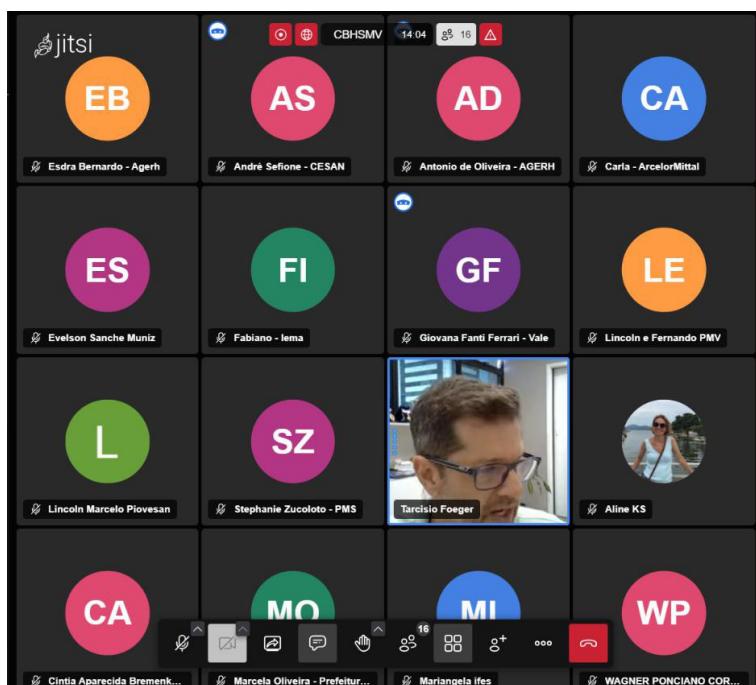
59 interessante para as classes dos rios, sugerindo uma intervenção maior no lançamento, que
60 será detalhada posteriormente. Stephanie Zucoloto levantou dúvidas sobre os coeficientes
61 apresentados, perguntando se haverá oportunidade para sugestões após o consenso da
62 câmara técnica. André Sefione esclareceu que a definição dos coeficientes e dos preços
63 públicos unitários (PPU) é responsabilidade da plenária. A câmara técnica realiza análises e
64 propõe textos e valores, que serão discutidos na plenária. Ele destacou a importância de uma
65 composição paritária da câmara técnica e da plenária para equilibrar as contribuições durante
66 as discussões e alcançar consensos. Tarcísio Foeger concluiu informando que a reunião atual
67 tem como objetivo acompanhar o desenvolvimento das ações em curso. Na reunião, Wagner
68 Ponciano esclareceu uma dúvida sobre a apresentação de André Sefione, perguntando se um
69 produtor rural que capta água de uma nascente em sua propriedade para irrigação deve ser
70 incluído na contabilização. André Sefione explicou a situação dos usos insignificantes e que a
71 maioria dos agricultores se enquadraria nessa categoria, mesmo que não seja obrigatório por
72 lei. Ele ressaltou que os agricultores pagam valores muito baixos pela água utilizada, com
73 descontos significativos para sistemas de irrigação mais eficientes. Antônio de Oliveira Junior
74 lembrou que, antes da lei estadual 11.009, o comitê da bacia de Santa Maria da Vitória já havia
75 decidido implementar a agricultura familiar na região, com condições baseadas no tamanho
76 da propriedade e na utilização de mão de obra familiar, conforme a lei federal de 2003. Ele
77 destacou que essas práticas resultam em deduções significativas, replicando o que é
78 observado em outras bacias federais e estaduais fora do Espírito Santo. Stephanie Zucoloto
79 enfatizou a importância de visitar a câmara técnica para entender melhor o impacto sobre os
80 usuários, criticando a falta de concretude nos volumes e valores discutidos. Ela sugeriu que a
81 AGERH poderia apresentar uma versão final da proposta à plenária sem esperar pelo próximo
82 passo da câmara técnica, destacando a importância das correlações políticas com o Ministério
83 Público e a SEAMA. Stephanie Zucoloto concluiu destacando a relevância do exemplo de Santa
84 Maria da Vitória para o sistema estadual e se colocando à disposição para ajudar na
85 construção do cenário político e técnico necessário. Tarcísio Foeger declarou que não houve
86 deliberação prévia sobre o assunto e que é necessário avançar considerando o cenário
87 eleitoral. Todos concordaram em ser após a votação. Fabiano Zamprogno Novelli destacou a
88 possibilidade de cenários críticos, como a interrupção das atividades de um pecuarista que
89 resultaria na redução do seu plantio, e questionou se essa situação foi considerada. Antônio
90 de Oliveira Junior mencionou o uso indiscriminado do solo devido ao aumento de residentes,
91 especialmente por causa das segundas residências, e enfatizou a necessidade de filtrar o

92 cenário político para focar no caráter técnico do colegiado. Ele ressaltou a importância de dar
93 voz às dinâmicas territoriais e ao uso da água e do solo, incentivando a construção de represas
94 com licenciamento simplificado. Observou que muitas represas armazenam águas de chuva,
95 importantes para a bacia. André Sefione informou que a plenária ainda avaliaria essas
96 questões, destacando que a cobrança deve considerar períodos de menor captação devido a
97 problemas enfrentados pelos usuários. Ele explicou a importância da outorga, que deve conter
98 informações detalhadas sobre a captação de água, e mencionou possíveis penalidades para
99 quem não medir corretamente a vazão utilizada. André Sefione também comparou a bacia do
100 Santa Maria da Vitória com a bacia do Jucu, destacando diferenças peculiares. Ele afirmou que
101 a cidade, especialmente a região metropolitana, seria a principal financiadora da cobrança da
102 bacia. Com base em estimativas e cenários utilizando valores do PPU, coeficientes e valores
103 da CESAN do ano anterior, estimou que a CESAN pagaria cerca de 8 milhões nos municípios
104 da Grande Vitória. Concluiu incentivando os usuários a medirem corretamente a quantidade
105 de água utilizada, pois a cobrança seria baseada no que se mede. Aline Serau esclareceu que,
106 de acordo com Fabiano Zamprogno Novelli, se uma atividade for interrompida conforme
107 previsto na outorga, não será cobrada. No entanto, se a interrupção for devido à seca ou por
108 decisão do usuário, é necessário informar o órgão gestor para evitar a cobrança. Em casos de
109 criticidade, como quando bombas são lacradas para abastecimento urbano, aqueles que
110 tiveram bombas lacradas terão o registro descontado na cobrança do ano seguinte. Stephanie
111 Zucoloto perguntou sobre a aplicação dos coeficientes de criticidade hídrica, pois havia
112 entendido que a cobrança ocorreria durante a crise, e não no ano seguinte. André Sefione
113 explicou que a cobrança é sempre referente ao uso de água do ano anterior, computando
114 dados anuais e emitindo o boleto em dezembro para pagamento no início do ano seguinte.
115 Aline Serau lembrou que a isenção para a agricultura familiar, decidida pelo comitê Santa
116 Maria da Vitória, nunca foi formalizada no CERH. Ela ressaltou que, se o comitê deseja manter
117 essa isenção, deve considerar a legislação estadual que já estabelece isenção para agricultura
118 familiar até quatro módulos fiscais, incluindo uso de mão de obra familiar. Aline Serau sugeriu
119 que essa questão seja incluída na deliberação atual do comitê para garantir validade legal,
120 pois a legislação estadual prevalece. É fundamental que qualquer isenção seja rigorosamente
121 justificada para evitar impactos negativos no custeio do plano de bacia. Tarcísio Foeger iniciou
122 sua fala destacando a importância de seguir a legislação vigente e expressou sua gratidão pela
123 apresentação didática feita, enfatizando que um dos principais objetivos da gestão atual é
124 avançar na agenda de cobranças pelo uso da água. Ele mencionou que existem diversas pautas

125 na bacia do rio Santa Maria da Vitória que estão suspensas aguardando a disponibilização de
126 recursos, com um potencial de arrecadação anual estimado entre 10 e 11 milhões. Tarcísio
127 Foeger sugeriu aguardar uma manifestação da coordenação da câmara técnica sobre a minuta
128 a ser apresentada à plenária. André Sefione concordou com a sugestão de realizar uma
129 reunião presencial para promover um debate amplo e perguntou se algum participante tinha
130 informes gerais. Antônio de Oliveira Junior destacou a relevância da fala de Tarcísio Foeger
131 sobre o potencial de arrecadação dos comitês estaduais, mencionando a importância do rio
132 Jucu e Santa Maria da Vitória como rios solidários entre os comitês. Ele enfatizou a
133 necessidade de criar uma agência de bacia como entidade delegatária e braço executivo dos
134 comitês, o que seria fundamental para a aprovação da cobrança no sistema do Santa Maria
135 da Vitória. Stephanie Zucoloto registrou em ata a necessidade de corrigir a representação do
136 município da Serra no site da AGERH, para evitar problemas de representação. Ela também
137 ressaltou a importância do trabalho da câmara técnica de saneamento e perguntou sobre o
138 processo da ET Furnas, mencionando que não houve retorno significativo da CESAN ou da
139 Ambiental Serra. Tarcísio Foeger informou que não houve nova apresentação por parte da
140 Ambiental Serra e que a discussão atual é sobre a modelagem, destacando que a emissão não
141 seria viável sem novas propostas de investimento na estação de tratamento. Tarcísio Foeger
142 finalizou informando que a discussão inclui a possibilidade de implantação de um emissário,
143 com sete opções de viabilidade sendo analisadas. Ele ressaltou que a implementação do
144 emissário por si só não é suficiente e que é fundamental investir no tratamento, que é o
145 principal objetivo. Stephanie Zucoloto levantou uma questão sobre o andamento do processo
146 relacionado à estação de tratamento (ET) de Furnas, mencionando que, conforme a última
147 deliberação, a concessionária Ambiental Serra deveria apresentar uma nova proposta de
148 tratamento. Ela destacou que não houve nenhuma convocação para reunião da câmara
149 técnica de saneamento desde então e questionou se houve alguma nova apresentação de
150 documentos. Stephanie Zucoloto mencionou a avaliação de uma reversão para quatro
151 sistemas, considerando a alternativa do emissário de Jacaraípe, e sugeriu que o tema seja
152 retomado no comitê. Ela destacou que a resolução 2 de 2019 do Conselho Estadual confere
153 poderes ao comitê, mas não determina procedimentos pós-manifestação, causando
154 dificuldades na coleta de evidências pelo Ministério Público. Stephanie Zucoloto observou que
155 a equipe técnica de apoio, composta por representantes do IEMA, da Prefeitura de Serra e da
156 AGERH, não tem avançado em suas atividades. Tarcísio Foeger concordou em abordar o
157 assunto com a diretoria e a coordenação da câmara técnica para retomar a discussão. Fabiano

158 Zamprogno Novelli complementou, mencionando que apesar das inadequações no
159 documento técnico, é crucial considerar o impacto de lançamentos em corpos de classe
160 especial. Ele destacou a importância de melhorias técnicas sem comprometer essa condição
161 e sugeriu que o Ministério Público poderia desempenhar um papel moderador importante,
162 talvez através de um termo de compromisso ambiental, para assegurar operações
163 sustentáveis e eliminar lançamentos inadequados. Tarcísio Foeger agradeceu a participação
164 de todos e ressaltou dois encaminhamentos: aguardar o sinal positivo da câmara técnica de
165 cobrança e convocar uma reunião presencial assim que possível, o segundo encaminhamento
166 será sobre a câmara técnica de saneamento no andamento da ET Furnas. Finalizando a reunião
167 as dezesseis horas e quatorze minutos. A presente Ata foi lavrada por mim, Nicolly Pereira
168 Fidelis, em suporte à Secretaria Executiva do Comitê.

169



170

171

172 Tarcísio Föeger

Deisy Silva Corrêa

173 Presidente

Secretário Executivo